

# INTERROGAÇÃO TOTAL EM *EST-CE QUE*\* E PAR QUESTÃO/RESPOSTA EM UM *CORPUS* DE DEBATES POLÍTICOS\*\*

Jacqueline Léon\*\*\*

## Resumo

Neste artigo procuro estabelecer dimensões descritivas apropriadas para a análise do par interrogação-réplica, considerado como um objeto lingüístico de ordem interlocutória e interpretável como ação. A hipótese central consiste em considerar que a interpretação do par questão-resposta é dependente da interpretação retroativa da interrogação pela réplica. Este estudo limita-se às interrogações totais em *est-ce que* em um *corpus* de debates políticos. Empresta seus conceitos de análise de diversos campos teóricos do uso da língua: tenta trabalhar, de modo simultâneo ou em etapas diferentes da descrição, noções tiradas da análise da conversação e da pragmática. Esperamos que chegue a isso sem muitas incoerências.

## 1. Introdução

Na literatura consagrada à semântica ou à pragmática da interrogação, observa-se geralmente uma divisão entre os trabalhos que tratam dos aspectos enunciativos e/ou argumentativos do enunciado interrogativo, como os de Anscombe e Ducrot (1981) ou

---

\* N.T. A expressão francesa *est-ce que* introduz frases interrogativas. Ela foi mantida, no decorrer do texto, como no original em francês, pois não possui similar em português.

\*\* Este artigo se inscreve na seqüência de um estudo desenvolvido no programa "Comunicação política" do CNRS, em colaboração com Patric Pharo, sob o tema geral da modelização da "Constituição do público na interlocução política" (cf. Léon e Pharo, 1989) e desenvolve notadamente a descrição apresentada na primeira parte da pesquisa. Uma primeira versão foi objeto de uma comunicação durante o Colóquio da Association for French Language Studies, Liverpool (10 a 12 de setembro de 1990). Meus agradecimentos a O. Ducrot, M. de Fornel, J.-M. Marandin, P. Pharo e aos membros do Comitê de Leitura de JFLS que se dispuseram a discutir este trabalho em suas diferentes etapas. (N.E. Traduzido do original francês publicado em *French Language Studies* 2 (1992), 207-235. Agradecemos à autora e ao editor pela autorização para a presente tradução).

\*\*\* Laboratoire d'Informatique pour les Sciences de L'Homme.

os de Borillo (1978 e 1979), e aqueles que tratam da interrogação dentro do quadro do par questão-resposta (Hintikka, 1978; Diller, 1983 e Groenendijk e Stokjof, 1984, por exemplo). Nenhum desses trabalhos concerne diretamente ao estudo da réplica enquanto tal, nem ao seu papel na interpretação da interrogação. O par questão-resposta é, com efeito, interpretado de modo unidirecional: ao enunciar uma questão, o locutor manifesta uma expectativa de resposta face a face com o alocutário, que deve selecionar uma resposta dentre aquelas projetadas pela questão. Essa noção de resposta projetada imbrica dois níveis de análise: o primeiro considera a questão como um objeto lingüístico, cuja forma obedece a condições semântico-lógicas de boa formação. As respostas possíveis são parte integrante da descrição da questão: constituem uma abstração, indiferente ao ato realizado pela réplica. Ao nível da análise pragmática, uma réplica a uma questão é uma resposta se ela satisfaz as condições de felicidade do ato de linguagem “resposta a uma questão”. A partir disso, nem toda réplica a uma questão é necessariamente interpretada como uma resposta. No que diz respeito à interpretação do par questão-resposta, é a questão que orienta a interpretação da resposta (justamente devido a essa noção de projeção de respostas esperadas), sem que a resposta tenha necessariamente uma influência sobre a interpretação da questão e, sobretudo, sem que seja levada em conta a interpretação do par questão-resposta propriamente dito.

Assim, enquanto Borillo (1978) fala da necessidade de um quadro questão-resposta para o estudo da interrogação, antes de constituir o objeto de um estudo particular, as respostas possíveis permitem fazer aparecer um contraste entre os diferentes sentidos potenciais de uma questão, particularmente em seus aspectos retóricos<sup>1</sup>. Assim:

*Q: O senhor ousaria se opor a mim? [Q: Oseriez-vous me tenir tête?  
R: mas não! jamais! é absurdo! R: mais nom!/ jamais de la vie!/ c'est absurde!]*

Quanto a Ducrot (1983), ele introduz a noção de resposta a partir de um dos três atos elementares que descrevem a significação da frase interrogativa, a saber, a obrigação de responder. Por esse ato, o enunciador da interrogação pretende obrigar o destinatário a levar em consideração uma das diferentes asserções suscetíveis de serem respostas. A

<sup>1</sup> Do ponto de vista metodológico, pode-se dizer que esse procedimento, empregado aqui sobre um objeto dialogal, se aproxima das manipulações tradicionalmente realizadas em lingüística sobre enunciados monológicos. Ver igualmente os exemplo (7), (8) e (9) que utilizam este procedimento.

noção de réplica, por sua vez, é apenas evocada nesse artigo, mas é interessante notar que ela é apreendida enquanto um encadeamento sobre a enunciação da interrogação, isto é, sobre um dos três atos elementares levados em consideração pelo enunciador: introdução da asserção prévia, expressão de sua incerteza ou obrigatoriedade de resposta.

Quanto aos defensores da semântica lógica, que privilegiam um estudo da interrogação parcial (interpretada imediatamente como questão) em que a noção de incompletude aparece como central, eles tratam a resposta como o que vem preencher a falta da questão através de uma informação que ocupa o lugar do elemento interrogativo considerado como variável.

Nota-se que todos estes trabalhos apreendem as respostas a partir da noção de respostas possíveis, constitutiva da descrição da questão, e não das réplicas enquanto tais.

Nossa abordagem, ao contrário, considera que a interpretação da interrogação, e *a fortiori* do par questão-resposta, é dependente da análise da réplica, qualquer que ela seja. Sobre esse ponto, encontramos parcialmente os pressupostos teóricos da análise da conversação, que não aceita interpretar um turno de fala como questão senão a partir da identificação de uma resposta dentro da réplica do segundo turno. A análise de conversação, entretanto, não se interessa pela interrogação enquanto tal, nem por suas condições de interpretação. De fato, apenas a ocorrência de uma resposta na segunda posição do par (frequentemente o segundo turno, mas não necessariamente) permite interpretar a primeira parte (o primeiro turno) como questão - e isto sem levar em conta sua forma sintática de modo explícito (cf. Schegloff e Sacks, 1973). Dito de outro modo, a forma interrogativa e a interrogação são deliberadamente ignoradas como critério de identificação da primeira parte do par (cf. último parágrafo da nota 1 e Schegloff, 1984).

Nota-se que a solução proposta pela análise conversacional não está isenta de uma certa circularidade: se é verdade que uma forma interrogativa não pode ser sistematicamente interpretada como uma questão<sup>2</sup>, resta determinar aquilo que permite interpretar uma réplica como uma resposta. Percebe-se, de fato, que, de modo totalmente implícito, a análise de conversação categoriza como resposta uma réplica que vem

---

<sup>2</sup> Isto está perfeitamente de acordo com as tradicionais críticas endereçadas à teoria dos atos de linguagem, principalmente as abordagens pragmáticas nas quais os atos de linguagem são diretamente derivados de índices lingüísticos.

satisfazer uma demanda de informação. Ou seja, a noção de par questão-resposta emprega uma concepção de questão como demanda de informação; isto não excluindo evidentemente que outras ações possam ser associadas às formas interrogativas compreendidas na sua posição estrutural em uma cadeia de ações: solicitações de ação, pré-seqüências de convite ou de aviso de notícia, questões de investigação, etc.... Enfim, a abordagem conversacional emprega um tratamento retroativo da questão, o que a situa em oposição radical às outras abordagens para as quais a questão orienta a interpretação da resposta, sem que a resposta venha reinterpretar a questão no par questão-resposta. É essa propriedade estrutural, própria a todo objeto conversacional, que vai nos interessar particularmente aqui.

Supomos então que a interrogação é um objeto lingüístico de ordem semântico-interlocutória, analisável em um nível intermediário entre a forma lingüística do enunciado e sua interpretação como ação. Esse nível pode ser descrito com a ajuda de dimensões que distinguem aspectos semânticos, enunciativos e propriamente interlocutórios. Faremos apelo a uma concepção polifônica<sup>3</sup> (no sentido de Ducrot, 1983 e 1984) da interrogação, que distingue os enunciadores da questão dos enunciadores da asserção esperada como resposta. Além disso, a consideração específica da interlocução supõe a noção de turno de fala levado em conta pelos locutores, que se definirá como lugares da ação de interrogação e lugares da ação questão-resposta<sup>4</sup>.

A interpretação do par interrogação-réplica (e por vezes até, parcialmente, da interrogação) efetua-se retroativamente, da réplica em direção à interrogação, a réplica efetuando de algum modo uma releitura da interrogação. Como nós nos interessamos aqui pelos pares interrogação-réplica no interior de uma troca conversacional, os enunciados serão apreendidos conforme sua colocação em

---

<sup>3</sup> A teoria da polifonia elaborada por Ducrot implica em distinguir o produtor do enunciado (o locutor) dos enunciadores dos atos elementares introduzidos quando o enunciado é utilizado. É a linguagem teatral que fornece a melhor metáfora para compreender essa oposição. O locutor está para os enunciadores, no uso dito "ordinário" da linguagem, assim como, no uso teatral, o autor para os personagens." (Ducrot, 1983: 105). Ver igualmente, em seqüência aos trabalhos de Bakhtine sobre o dialogismo, os de J. Authier (notadamente Authier, 1984).

<sup>4</sup> Encontramos nesse ponto a proposição de Kerbrat-Orecchione (1991) no que diz respeito à dupla natureza da questão: natureza dialogal, implicando vários locutores, e natureza dialógica, implicando vários enunciadores, no sentido de Ducrot.

um turno de fala. Além da colocação e da retroação, outras propriedades da análise de conversação, tais como a noção de preferência, irão guiar o modo como serão determinados os valores das dimensões descritivas<sup>5</sup>.

## 2. Observações preliminares sobre o corpus<sup>6</sup>

### 2. 1. Organização geral da alternância de questões e respostas

Os debates políticos que analisamos são organizados segundo uma alternância de questões e de respostas. Esse encadeamento é determinado de modo externo à conversação<sup>7</sup>: um jornalista coloca 'questões' na maioria das vezes preparadas anteriormente, e uma personalidade política as 'responde'. Isto não quer dizer que um turno de fala só possa ser uma questão ou uma resposta: a prova está na seqüência do exemplo (1)<sup>8</sup> abaixo, analisada, aliás, por Pharo (1990:415), onde somente o turno 1 compreende uma forma interrogativa.

(1) (François Mitterrand/ Paul Amar, *TF1*, 22-3-88)

- 1 **J** *somente dois pontos: se o senhor for el/reeleito irá nacionalizar novamente as empresas privatizadas?*
- 2 **P** *ah o senhor irá logo em seguida (rindo e lhe apontando o dedo)*
- 3 **J** *mas eh os franceses precisam saber*
- 4 **P** *não mas senhor Amar*
- 5 **J** *não hein*

<sup>5</sup> Quanto à noção de dimensão descritiva, ver Fornel (1990).

<sup>6</sup> Os exemplos apresentados aqui fazem parte de um corpus de debates políticos, na maioria provenientes do rádio (três exemplos são tomados de emissões televisivas).

<sup>7</sup> Schegloff e Sacks (1973) e Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) distinguem com efeito vários tipos de organização de turno de fala, conforme se trate de uma conversação ordinária ou de uma troca conversacional determinada institucionalmente.

<sup>8</sup> As convenções de transcrição utilizadas são as seguintes:

**J** jornalista                      **P** personalidade política    (,) (2") pausa    ? entonação ascendente  
 . entonação descendente    , entonação progressiva    -- ênfase    ! cruzamento

- 6 **P** eu responderei, é verdade, só que seria necessário me dizer agora 'eu lhe darei uma meia hora'
- 7 **J** mas porque não, continuemos, mais ao menos num ponto,
- 8 **P** não você já me preveniu que não é questão disso
- 9 **J** doze minutos nós dissemos
- 10 **P** não eu não me ressinto com sua questão mas se se trata das nacionalizações, é apenas um ponto entre tantos outros, de modo que isto dá à sua questão um aspecto partidário, mas eu estou pronto a lhe dizer isto
- 11 **J** não, não é esse o espírito de minha questão.
- 12 **P** eu estou pronto a lhe dizer isto...
- [1 **J** *deux seuls points*, si vous êtes él réélu est-ce que vous allez à nouveau nationaliser les entreprises privatisées?
- 2 **P** *ah vous allez tout de suite* (en riant et le designant du doigt)
- 3 **J** *mais hé les Français ont besoin de savoir*
- 4 **P** *non mais Monsier Amar*
- 5 **J** *non hein*
- 6 **P** *je répondrai, cela dit vraiment, seulement il fallait me dire tout de suite 'je vous donne une demi-heure'*
- 7 **J** *mais pourquoi pas, continuons, mais ou moins sur un point,*
- 8 **P** *non vous m'avez déjà prévenu qu'il n'en est pas question*
- 9 **J** *douze minutes nous avons dit*
- 10 **P** *non je ne regrette pas votre question mais s'il s'agit des nationalisations ce n'est qu'un point parmi tellement d'autres que cela donne à votre question un aspect partisan mais je suis prêt à vous dire ceci*
- 11 **J** *c'est pas c'est pas l'esprit de ma question.*
- 12 **P** *je suis prêt à vous dire ceci...]*

Não analisaremos este exemplo, aliás complexo, detalhadamente. Os pontos que queremos comentar são os seguintes:

1. Uma forma interrogativa em um turno de fala do locutor jornalista só pode ser interpretada como uma 'questão' no sentido ordinário do termo. De onde a importância

que é preciso atribuir à análise da interrogação<sup>9</sup> para a interpretação das questões-resposta neste *corpus*.

2. Cada turno de fala que figura em um debate desse tipo faz parte de uma seqüência pré-determinada institucionalmente onde um jornalista coloca questões e uma personalidade política as responde. A partir disso, é a organização geral, constituída pela alternância de questões e de respostas, que vai guiar constantemente a interpretação.

Estes dois aspectos são ilustrados no exemplo (1), que mostra principalmente que os participantes se referem ao conjunto da troca em curso em termos de questões ou de respostas: *eu responderei* (turno 6), *sua questão* (turno 10), *minha questão* (turno 11).

Essa organização institucionalmente pré-determinada causa um 'curto-circuito' no posicionamento estrutural da resposta tal como é apreendida na análise da conversação. Não é mais o lugar que vai permitir a interpretação como questão, é a forma geral da troca conversacional. Esta característica do *corpus* suprime o risco de circularidade ligada à noção de par adjacente: de fato, não é mais necessário aqui determinar os critérios que definem uma resposta que, para a análise de conversação, lembremos, permite só localizar retroativamente uma questão. O fato de considerar que uma forma interrogativa em um turno de fala do jornalista seja interpretada como uma questão não nos dispensa absolutamente de definir aquilo que é aqui comumente chamado questão (de onde provisoriamente a utilização das aspas). Este ponto será retomado principalmente no item 2.4. abaixo.

## 2.2. Presença maciça da interrogação total em est-ce que

Seja o exemplo 2:

(2) (Jacques Delors/ Dominique Souchier, *France-Inter*, 31-5-88)

1 **J** obrigado por estar conosco esta manhã, direto de Bruxelas. Vamos falar da Europa, mas Jacques Delors, eu me pergunto de início se em Bruxelas o senhor não se

---

<sup>9</sup> Recordemos que a interrogação é classicamente definida como a forma que integra, sob uma única construção, as diferentes formas sintáticas interrogativas para uma dada língua. Em francês (cf. Panckhurst, 1990), estas formas se caracterizam seja por uma construção sintática (inversão ou *est-ce que*), seja pela presença de um elemento interrogativo (uma palavra *Qu*). Quanto ao papel formal da entonação, este continua muito problemático (cf. Léon, tese em preparação).

*vangloria quando ouve que aqui em Paris não se pára de debater o tema da abertura, porque o senhor, bem, o senhor não esperou estar na moda para falar disso. Eu me lembro que há um ano, mais ou menos na mesma época, o senhor clamava pela anistia ideológica. O senhor se vangloria, senhor Jacques Delors?*

[1 **J** *merci d'être avec nous ce matin en direct de Bruxelles. On va parler de l'Europe, mais Jacques Delors, je me demande d'abord si à Bruxelles vous triomphez pas quand vous entendez qu'ici à Paris on ne cesse de débattre du thème de l'ouverture, parce que vous, ben vous n'avez pas attendu que soit à la mode pour en parler. J'me souviens qu'il y a un à peu près à la même époque, vous plaidiez pour l'amnistie idéologique. Est-ce que vous triomphez Jacques Delors?*]

No exemplo (2), do mesmo modo que no exemplo (1), o enunciado interrogativo é uma interrogação total em *est-ce que*. Há que se observar que essa forma predomina de modo maciço no conjunto do *corpus* e que é uma das características que distinguem o debate político das trocas conversacionais ordinárias (isto é, não institucionalmente determinadas) onde a forma em *est-ce que* é muito rara em proveito da forma entonativa (Coveney, 1989), esta última considerada de longe como a mais freqüente e como não-marcada, em relação à forma em *est-ce que*, muito mais rara e considerada como marcada. Além do mais, as observações efetuadas sobre as conversações ordinárias (Grundstrom, 1973) nos informam que as interrogativas em *est-ce que* são preferidas às interrogativas entonativas nas questões longas, o que é o caso aqui. Devemos levar em conta as conseqüências para o nosso *corpus* que este uso exclusivo e específico da forma em *est-ce que* implica, provavelmente utilizada de forma intencional pelos jornalistas (cf. ítems 3.1. e 3.6.).

### 2.3. Posicionamento do enunciado interrogativo

Observa-se igualmente nestes dois exemplos, e é o caso na grande maioria dos turnos de fala de nosso *corpus*, que o enunciado interrogativo é colocado no final do turno, mais especificamente ao final de um turno muito longo, freqüentemente no fim da argumentação. Sua análise é então tributária da consideração do conjunto do turno de fala. Por exemplo, em (2), a análise do enunciado interrogativo *O senhor se vangloria, senhor Jacques Delors?* não pode absolutamente ser dissociada daquela do conjunto do

turno de fala, onde se sucedem uma interrogação direta e uma interrogação indireta *eu me pergunto... se... o senhor não se vangloria quando...*, a primeira podendo ser considerada como uma reformulação da segunda (cf. item 3.3.).

#### 2.4. A nomeação das questões

Pode-se pensar que a organização *a priori* em alternância de questões-respostas incita a dar aos turnos-questões uma interpretação dita 'verdadeira questão', ou seja, de demanda de informação preferivelmente a qualquer outra categoria tradicionalmente atribuída às questões tais como questão de investigação, retórica, de exposição, questão-eco, etc...<sup>10</sup>. Contudo, se nos atermos a esta terminologia, confrontamo-nos com uma série de dificuldades. Essa nomeação através de nomes pertencentes à linguagem ordinária ou à retórica clássica não é evidente. Ela supõe uma naturalidade dos objetos-questões que está longe de ser explicitada nas abordagens que os utilizam. Além disso, um nome de categoria, como o de demanda de informação, corre o risco de fixar a ação sob um nome, enquanto pode ser mais interessante encarar a descrição da interrogação sob aspectos diversos, como a argumentação ou os jogos interlocutórios (para a noção de jogos interlocutórios, cf. Léon e Pharo, 1989). Estes últimos, definindo dimensões, vão permitir atribuir ao par interrogação-réplica (e não somente à interrogação) um valor de ação<sup>11</sup>.

#### 2.5. Uma interlocução com três lugares

Uma última observação concerne à noção de interlocução já evocada no parágrafo 1, que, em nosso estudo, participa de dois campos teóricos diferentes. A noção de locutor que invocaremos aqui é antes de tudo subordinada à estrutura conversacional de nosso objeto de estudo. Chamaremos locutor a posição estrutural onde se instancia um turno de fala e onde é realizada uma ação. Além disso, como já assinalamos, emprestamos da teoria da polifonia de Ducrot sua noção de enunciador. Nosso locutor pode, de fato, como o de Ducrot, fazer ouvir várias vozes atribuídas a enunciadores diferentes, aos

<sup>10</sup> Reteremos aqui a posição de Sperber e Wilson (1986) que, a partir de uma crítica dos atos de linguagem, esboçam a possibilidade de uma concepção unificada da interrogação no quadro da teoria da pertinência. Assinalando as dificuldades ligadas à categorização das questões, eles apresentam os exemplos utilizando os mesmos nomes de questões para os quais eles analisam as posições respectivas dos interlocutores face à pertinência da resposta.

<sup>11</sup> Para a noção de valor de ação, ver Marandin (1986) e o conjunto do número de *Lexique* n° 5.

quais ele (o locutor) pode ou não se identificar. A diferença essencial está em que nosso locutor é o lugar de realização das ações em um turno de fala, enquanto que o locutor no sentido de Ducrot não realiza os atos de linguagem. Nos debates políticos que examinamos, estamos na presença de dois locutores, instanciados em cada troca por um jornalista e por uma personalidade política. As posições destes locutores não são simétricas: somente, em princípio, o jornalista (é aquele que) coloca as questões. O que não é evidentemente o caso em uma conversação ordinária, no curso da qual qualquer locutor pode colocar uma questão e se tornar, a cada turno, aquele que questiona ou aquele que responde. O debate público é além disso caracterizado pela presença de uma terceira posição interlocutória: a do público. O público não é um locutor (que ele esteja ou não presente durante o debate, não é o que importa aqui). Aparentemente, ele é só o alocutário, ou seja, aquele a quem se endereça o debate. Este ponto é crucial, nós o retomaremos no item 5.

Partiremos da análise da interrogação no turno de fala 'questão' para em seguida estudar o modo como se efetua a interpretação do par questão-resposta a partir da análise da réplica.

### 3. Análise da interrogação no turno-de-fala-questão

Supomos que a interrogação, objeto semântico de ordem interlocutória, é interpretável como uma ação de demanda de fala<sup>12</sup> (eventualmente de ação<sup>13</sup>, mas não é isso que nos ocupa aqui). Mais especificamente, a interrogação em *est-ce que* em um corpus organizado com alternâncias de questões-respostas pode ser interpretado seja como uma demanda de confirmação, orientada em direção ao acordo ou ao desacordo, seja como uma simples demanda de resposta. Elaboraremos então as dimensões seguintes:

<sup>12</sup> Estamos aqui próximos da definição de J. Milner (1973) da interrogação como 'provocação do outro (ou de si mesmo) para dizer alguma coisa: esta alguma coisa estando pré-determinada mais ou menos restritivamente pela resposta esperada' (p. 23, nota 1).

<sup>13</sup> Sobre a oposição entre demanda de fala e demanda de ação, assinalamos a posição dos teóricos da derivação ilocutória evocada por Ducrot (1983), segundo a qual um pedido de ação como *você pode me passar o sal* suscita na maior parte das vezes por parte do interlocutor uma resposta verbal do tipo *sim, é claro*, além da ação solicitada, preservando para esse tipo de interrogação um valor de ato de questão.

(1) A orientação da demanda de confirmação em direção ao acordo ou ao desacordo. Essa dimensão é analisada a partir das asserções subjacentes às formas positivas e negativas da forma em *est-ce que* e da posição do enunciado interrogativo no turno de fala. É representada pela construção da asserção esperada.

(2) Outras asserções podem ser pré-contruídas por enunciadores. São os pressupostos eventuais que a interrogação comporta.

(3) A legitimidade da ação do alocutário, analisada através das propriedades semântico-discursivas de certos elementos do léxico. Veremos como esta dimensão intervém na orientação da interrogação para reforçá-la ou para contradizê-la.

(4) Os efeitos de disjunção enunciativa. Chamamos disjunção enunciativa o fato de que vários enunciadores se fazem ouvir na interrogação ou que a interrogação indica a possibilidade de vários enunciadores da resposta (disjunção entre enunciador esperado e enunciador desejado).

### *3.1. Orientação da demanda de confirmação em direção ao acordo ou ao desacordo*

#### 3.1.1. Definições gerais

A orientação da interrogação é o resultado da combinação da orientação do próprio enunciado interrogativo e do valor argumentativo que confere a esse enunciado seu posicionamento no encadeamento dos enunciados que constituem um turno de fala. Utilizaremos como ponto de partida a proposição de Borillo (1978, 1979), segundo a qual certas interrogações totais são orientadas e interpretáveis como demandas de confirmação positivas ou negativas - sendo esta orientação calculada a partir da forma sintática da interrogativa, sua forma negativa ou positiva, e a partir de elementos lexicais e gramaticais. Veremos em seguida como a orientação pode ser modificada pelos elementos semânticos (léxico ou pressupostos) ou pelo posicionamento da interrogativa no encadeamento dos enunciados no interior de um turno de fala. No que concerne a este último critério, discutiremos as proposições de Anscombe e Ducrot (1981, 1983) e Ducrot (1983).

#### 3.1.2. A posição de Borillo

Dizemos que uma interrogação é positiva se ela não contém o morfema de negação:

(3) *Pierre foi embora?* [Est-ce que Pierre est parti?]

A asserção subjacente de (3) é *Pierre foi embora* [*Pierre est partie*].

Uma interrogação é negativa se ela contém um morfema de negação:

(4) *Pierre não foi embora?* [Est-ce que Pierre n'est pas parti?]

A asserção subjacente de (4) é *Pierre não foi embora* [*Pierre n'est pas parti*].

Borillo defende uma posição simétrica para as interrogações positivas que, na sua forma simples, são não-orientadas: elas aceitam de maneira equivalente as respostas *sim* ou *não*. Assim, no caso do exemplo (3), podemos ter de modo equivalente as respostas *sim*, *Pierre foi embora/não*, *Pierre não foi embora*. Diremos que esta interrogação é neutra do ponto de vista da orientação<sup>14</sup>. A forma interro-negativa, ao contrário, não é simétrica: o exemplo (4) parece orientado para uma resposta inversa *sim*, *Pierre foi embora* à asserção apresentada pela interrogação *Pierre não foi embora*. Borillo (1978: 375) irá reformular, inclusive, a interrogação positiva em *est-ce que* como uma interrogação alternativa, em que os dois valores p e não-p são igualmente possíveis:

(5) *Pierre foi embora ou não?* [Est-ce que Pierre est parti ou non?]

Considerando esta frase como equivalente a (3) *Pierre foi embora?*, o segundo termo da alternativa *ou não* torna-se facultativo. Diremos que a ordem positiva-negativa é não-marcada. No caso da forma negativa, o segundo termo da alternativa *ou sim* não é facultativo: (6) não é equivalente a (4).

(6) *Pierre não foi embora ou sim?* [Est-ce que Pierre n'est pas parti ou si?]

A ordem negativo-positiva é então marcada, contrariamente à ordem positivo-negativa.

<sup>14</sup> Foi mostrado (Culioli, 1985) que a neutralidade da forma positiva estava ligada à forma da interrogação em *est-ce que*. Esta apresenta uma asserção, *il est parti*, não-orientada por definição, sobre a qual age uma inversão *est-ce* équilibrada, a saber, que a resposta esperada pode ser tanto p quanto não-p.

### 3.1.3. A posição de Anscombe e Ducrot

Para Anscombe e Ducrot (1981, 1983) e Ducrot (1983), as frases interrogativas totais do francês (limitadas às interrogativas positivas em *est-ce que*) possuem um valor argumentativo intrínseco que corresponde à asserção negativa subjacente. Essa tese inicial dos autores é modulada pelas disjunções seguintes:

1. Uma distinção entre valor argumentativo e ato de argumentar: uma frase *est-ce que p?* possui sempre um valor argumentativo co-orientado para não-*p* mas não realiza um ato de argumentação (salvo no caso das questões retóricas).

2. Uma distinção entre valor indicial e valor argumentativo: uma interrogação é simétrica em relação a *p* e não-*p* do ponto de vista do seu valor indicial de ignorância. No que concerne a seu valor argumentativo, ao contrário, é dissimétrica e privilegia não-*p*.

3. Uma distinção entre valor argumentativo intrínseco de uma frase e uso argumentativo de um enunciado: nem todo enunciado interrogativo é necessariamente utilizado com finalidades argumentativas (pode o ser com finalidades explicativas), ou seja, a argumentação não é explorada cada vez que se produz um enunciado interrogativo. Por outro lado, quando um enunciado interrogativo positivo é utilizado argumentativamente, ele tem sempre uma orientação negativa.

4. Uma distinção entre locutor e enunciador, em uma perspectiva polifônica. Esta permite notadamente dar conta das dificuldades suscitadas por certos casos de anaforização. Assim, em seu exemplo (1981:17), é a asserção positiva subjacente e não, como se deveria esperar, a asserção negativa, que pode ser anaforizada:

*Você estará conosco esta noite? Isto me daria prazer.*

*[Est-ce que tu seras des nôtres ce soir? Ça me ferait plaisir.]*

*Isto* retoma a asserção positiva *você estará conosco esta noite* e não sua forma inversa. Para dar conta dessa anaforização, os autores recorrem à distinção locutor/enunciador: colocando a questão *est-ce que p?* um locutor *L* é responsável pela asserção negativa correspondente não-*p* e faz ouvir um enunciador *L'* que afirma/ afirmou/ poderia afirmar a asserção positiva *p*.

Todas essas distinções vêm, a meu ver, restringir uma acepção generalizada da dissimetria da interrogação. Além disso, esta me parece atenuada pela assimilação das

posições de locutor e de enunciador, efetuada no momento de um rearranjo da concepção de interrogação (cf. Ducrot, 1984), em que a distinção entre asserção negativa e asserção positiva é em parte neutralizada, já que são assumidas por uma posição única de locutor/ enunciador<sup>15</sup>.

#### 3.1.4. Orientação em direção ao acordo e em direção ao desacordo

De modo geral, diremos que uma interrogação é uma demanda de confirmação orientada em direção ao acordo se ela comporta uma expectativa de resposta orientada como a asserção subjacente do enunciado interrogativo.

- |  |  |
|--|--|
| (7) Q: <i>você diz</i> que vai chover?         | [Q: <i>tu dis</i> qu'il va pleuvoir?     |
| R: <i>sim</i> , vai chover                     | R: <i>oui</i> , il va pleuvoir]          |
| (8) Q: <i>você está com fome</i> , eu suponho? | [Q: <i>tu a faim</i> , je suppose?       |
| R: <i>sim</i> , eu estou com fome              | R: <i>oui, j'ai faim</i> ] <sup>16</sup> |

Diremos que uma interrogação é uma demanda de confirmação orientada em direção ao desacordo se ela comporta uma expectativa de resposta orientada de modo inverso à asserção subjacente do enunciado interrogativo. É o caso do exemplo (4) e do exemplo (9).

- |   |  |
|---|--|
| (9) Q: <i>você realmente está com fome</i> ?    | [Q: <i>est-ce que</i> tu as vraiment faim?                 |
| R: <i>não</i> , eu não estou realmente com fome | R: <i>non</i> , je n'ai pas vraiment faim] <sup>17</sup> . |

Dispomos então de três possibilidades de orientação da demanda de confirmação:  
- em direção ao acordo

<sup>15</sup> Os atos primitivos, como o ato de questão, por exemplo, ao contrário dos atos derivados, são realizados pela assimilação do locutor e do enunciador. Desse modo, o exemplo. *O sr. tem Le Monde? [‘Avez-vous le Monde?’]* pode ser interpretado de dois modos: como um ato derivado (pedido de ação) e como um ato de questão. A possibilidade *ato de questão* aparece no instante em que o enunciador pode ser assimilado ao locutor, ou seja, no instante em que se pode atribuir ao locutor a escolha do enunciado na intenção de exprimir uma dúvida. Nesse caso, a enunciação deve ser descrita como obrigando o alocutário a responder.

<sup>16</sup> Vê-se que é difícil encontrar exemplos em *est-ce que* positivos e orientados.

<sup>17</sup> Além da negação que evocamos, existe um certo número de elementos gramaticais (tempos, determinantes) ou lexicais (aqui, o advérbio *realmente [vraiment]*) que intervêm sobre a forma positiva para orientá-la. Remetemos a Borillo (1978, 1979) para uma apresentação detalhada.

- em direção ao desacordo
- neutra, ou seja, não-marcada para a orientação.

A interrogativa positiva em *est-ce que* do exemplo (1) *se o senhor for el/reeleito irá nacionalizar novamente as empresas privatizadas?* é um caso de orientação neutra: as duas formas da asserção são esperadas de modo equivalente: *eu vou nacionalizar novamente as empresas privatizadas/ eu não vou nacionalizar novamente as empresas privatizadas*. Não falaremos, nesse caso, de demanda de confirmação, mas de simples demanda de fala sobre o tema indicado pela interrogação. Os exemplos seguintes irão ilustrar a orientação da interrogação associada a outras dimensões descritivas da interrogação.

### 3.2. Orientação e pressupostos

Seja o exemplo (10):

(10) (Michel Rocard/ Anne Sinclair, *Heure de Vérité*, 20-4-89)

1 J *desde alguns dias, o presidente da República multiplica os contatos telefônicos hã e os contatos diplomáticos*. Não poderíamos ter começado por aí?

[1 J *depuis quelques jours le Président de la République multiplie les contacts téléphoniques euh et les contacts diplomatiques*. Est-ce qu'on n'aurait pas pu commencer par là?]

Neste exemplo, a presença da negação e do condicional (cf. Borillo, 1978) orientam o enunciado negativo em direção ao desacordo, isto é, em direção a uma expectativa de réplica *sim*, *poderíamos ter começado por aí* [*oui, on aurait pu commencer par là*] inversa à asserção da interrogação. O condicional passado desencadeia aqui uma pressuposição (para a noção de desencadeador de pressuposition cf. Levinson, 1983): o locutor-J pré-constrói a asserção *não poderíamos ter começado por aí*<sup>18</sup>. Essa interrogação coloca portanto o locutor-P diante de uma seqüência argumentando *poderíamos ter começado por aí ou não poderíamos ter começado por aí*, a qual ele deverá levar em conta na sua réplica.

<sup>18</sup> As pressuposições aqui levadas em conta pela descrição da interrogação devem permitir a pré-construção de asserções pelo locutor da interrogação, portanto, se assentar sobre a proposição. Assim, não consideraremos os pressupostos existenciais, não levados em conta pelo locutor, como aqueles que descrevem a interrogação. O que não impede sua análise pela réplica.

### 3.3. Orientação e posicionamento da interrogativa

#### 3.3.1. A interrogativa como reformulação de uma interrogativa indireta

Examinemos novamente o exemplo (2). A interrogativa *o sr. se vangloria, sr. Jacques Delors?* situada, como a maior parte das interrogativas do corpus, no fim do turno, pode ser considerada como uma reformulação da interrogativa indireta que a precede *eu me pergunto se o sr. não se vangloria quando...*, pelo próprio fato da identidade lexical das duas formas em questão. Esse vínculo de reformulação pode igualmente ser colocado em evidência no desenvolvimento da seqüência argumentativa, iniciada por *mais [mas]*, à qual as interrogativas pertencem. *Mas em mas Jacques Delors...* corresponde, a nosso ver, à interpretação “standard” proposta por Ducrot et al. (1980)<sup>19</sup>, que permite desdobrar essa seqüência da seguinte maneira:

- P: *Eu convidei J.D.*
- então R: *então você (J.D. + público) esperava que nós falássemos da Europa, (aliás, nós vamos falar disso)*
- mas Q: *portanto eu quero de início colocar uma questão: sobre o tema eu me pergunto se o sr. não se vangloria quando...*
- então W: *eu coloco minha questão: o sr. se vangloria?*

#### 3.3.2. Orientação da interrogação

A interrogativa indireta do exemplo (2) é equivalente a uma interrogativa invertida (cf. Borillo, 1979: 36), na ocorrência *não se vangloria?*, orientada em direção à asserção esperada como resposta *sim, eu me vanglorio*. Quanto à interrogativa direta de fim de turno *o sr. se vangloria J. D.?*, vimos no item 3.1.4. que a asserção esperada como resposta corresponde tanto a *sim, eu me vanglorio*, quanto a *não, eu não me vanglorio*.

Para determinar a orientação da demanda sobre o conjunto do turno de fala, resta saber se a interrogativa direta possui um valor argumentativo (segundo as posições de Ducrot e Ascombre, discutidas mais acima). Isto supõe verificar se as duas interrogativas são coordenadas argumentativamente, para saber (cf. Ducrot, 1983) se ambas são argumentos para uma conclusão idêntica ou contrária. O que supõe no mínimo que elas apresentam

<sup>19</sup> Ver particularmente a análise de *désolé, mais*.

dois argumentos distintos. Nesse caso poder-se-á imprimir à interrogativa direta o valor argumentativo correspondente à asserção subjacente *o sr. não se vangloria*. O que terá por consequência orientar a demanda de confirmação na direção da asserção esperada *não, eu não me vanglorio*.

Ora, na medida em que as duas interrogativas são lexicalmente idênticas, e que elas estão em relação de paráfrase sintática, parece difícil considerar que possam constituir dois argumentos distintos. Tentemos assim mesmo verificar se elas favorecem uma conclusão idêntica ou contrária. Para isso, utilizaremos os conectores da argumentação *aliás [d'ailleurs]* e *mas [mais]* (cf. Ducrot et al., 1980, Ducrot, 1981). Os encadeamentos resultantes dessa manipulação parecem dificilmente aceitáveis:

?? (2b) **1 J** ...*eu me pergunto de início se em Bruxelas o senhor não se vangloria quando ouve...* Aliás, o sr. se vangloria, sr. Jacques Delors?

[**1 J** ...*je me demande d'abord si à Bruxelles vous triomphez pas quand vous entendez...* D'ailleurs est-ce que vous triomphez Jacques Delors?]

?? (2c) **1 J** ...*eu me pergunto de início se em Bruxelas o senhor não se vangloria quando ouve...* Mas o sr. se vangloria, sr. Jacques Delors?

**1 J** ...*je me demande d'abord si à Bruxelles vous triomphez pas quand vous entendez...* Mais est-ce que vous triomphez Jacques Delors?]

Pode-se então admitir que a interrogativa direta não tem aqui valor argumentativo e não faz senão reformular a interrogativa indireta. Pode-se então decidir imprimir-lhe a mesma orientação que a interrogativa direta, ou seja, *sim, eu me vanglorio*.

#### 3.4. Conflito entre orientação e semantismo lexical

Para completar a análise deste exemplo, é necessário introduzir uma nova dimensão, a das propriedades semântico-discursivas do léxico. O aspecto que nos interessa aqui não é propriamente o semantismo do verbo *vangloriar [trionphez]*, mas antes as propriedades semântico-discursivas que permitem qualificar a ação implicada por esse verbo: quando o enunciador é um político, não é bom que ele diga *eu me vanglorio*. A interrogação comporta nesse fato uma contradição entre a orientação em direção ao acordo *sim, eu me vanglorio*, que acabamos de destrinchar, e o valor semântico da ação que, qualificada

negativamente, tende a orientar a réplica potencial em direção a um desacordo *não, eu não me vanglorio*. Veremos no item 4.2.1 como a réplica vai analisar essa contradição.

### 3.5. Orientação e semantismo lexical: o caso de uma interrogação alternativa

O exemplo (II) coloca o delicado problema da orientação de uma interrogativa alternativa, forma por definição não-orientada pois apresenta de modo equivalente os dois termos da alternativa.

(II) (Jacques Delors/ Dominique Souchier, *France-Inter*, 31-5-88)

1 **J Bom.** *Sobre a Europa, na sua opinião se joga, os políticos estão realmente de acordo ou eles fingem?*

[1 **J Bon.** *Sur l'Europe est-ce qu'on joue à votre avis, est-ce que les hommes politiques sont vraiment d'accord ou est-ce qu'ils font semblant?*]

A interrogação do exemplo (II) é entretanto orientada em direção ao desacordo. Essa orientação não pode ser explicada se não levarmos em conta aqui novamente a legalidade das ações e a análise semântico-discursiva dos verbos, nesse exemplo *jogar* [*jouer*] e *fingir* [*faire semblant*]. A alternativa proposta pela interrogação deve ser percebida em um duplo movimento:

1. Uma primeira interrogação, *sobre a Europa, na sua opinião se joga?* A interrogativa positiva em *est-ce que* é neutra do ponto de vista da orientação. Mas podemos considerar que o verbo *jogar* qualifica negativamente o conjunto da ação, ou seja, que um político não deve *jogar* com as coisas sérias, notadamente com a Europa. Essa avaliação negativa, pelo fato do interlocutor ser ele mesmo um político, tende a orientar a interrogação em direção ao desacordo. Essa análise repousa sobre um mecanismo interpretativo que coloca em jogo a interação entre o semantismo do verbo *jogar* e os lugares discursivos dos locutores: um político não pode de fato estar de acordo com uma crítica aos políticos sem ser questionado em sua própria legitimidade.

2. Esse primeiro enunciado interrogativo é reformulado pela interrogação alternativa, *os políticos estão realmente de acordo ou eles fingem?* A primeira parte da alternativa é, por causa do advérbio *realmente* [*vraiment*] (cf. Borillo, 1978), orientada em direção à asserção de valor oposto: *os políticos não estão verdadeiramente de acordo*. Na segunda parte, *fingir* [*faire semblant*] qualifica ainda negativamente a ação: do mesmo modo que

é repreensível jogar com as coisas sérias, não é bom para um político *fingir estar de acordo* se ele não está realmente<sup>20</sup>. A avaliação negativa orienta a interrogação em direção ao desacordo e em direção à asserção esperada como resposta *os políticos não fingem estar de acordo*. Salienta-se que nenhuma das duas proposições da alternativa é orientada em direção ao acordo, o que não apenas é contraditório com a própria noção de questão alternativa, mas coloca o locutor-P na situação desconfortável de ter de escolher entre duas ações avaliadas desfavoravelmente.

### 3.6. Nota sobre a prosódia

Pode-se pensar que a estrutura particular da interrogação em *est-ce que* impõe restrições sobre a prosódia, a ponto de neutralizar parcialmente os seus efeitos, e de que apenas um número restrito de esquemas prosódicos possam lhe ser associados<sup>21</sup>. Daí a aparência de neutralidade<sup>22</sup> que essas interrogativas podem dar. Além disso, sem dúvida, não é inocente que esse tipo de interrogativa, tão pouco expressiva, seja utilizada de modo predominante no debate político. Como começamos a ver, notadamente com a avaliação semântico-discursiva da ação, essa ostentação de neutralidade não faz senão mascarar o viés freqüente da questão ou a alternativa contraditória diante da qual é colocado o locutor da resposta. A aparente neutralidade expressiva das interrogativas em *est-ce que* e sua utilização maciça no debate político é comparável às observações efetuadas sobre as questões não-marcadas morfo-sintaticamente no debate político e, de modo mais geral, nas entrevistas (cf. Bhatt e León, 1987, Fontaney, 1991), as quais não comportam traços entonativos que as distingam essencialmente das asserções.

<sup>20</sup> Nota-se que as ações assim avaliadas desfavoravelmente concernem às qualidades morais da ação política (sinceridade, boa fé ou modéstia). Encontramos aqui a noção de restrição de moralidade exigível para legitimar a ação no espaço público tal como é desenvolvida por Pharo (1990).

<sup>21</sup> Contrariamente ao que se passa com as "que-clarativas" (declarativas com interpretações interrogativas, ditas ainda interrogativas entonativas), das quais pode-se pensar (encontramos aqui a intuição de Borillo) que são compatíveis com numerosos esquemas prosódicos que afetam sua interpretação; uma vez contornado, obviamente, o problema de sua identificação como interrogativa, o que é um outro caso.

<sup>22</sup> É sem dúvida uma propriedade semelhante que apreende Coveney (1989) ao atribuir às interrogativas em *est-ce que* uma disposição particular para exprimir a cortesia.

### 3.7. Disjunção enunciativa

Distinguiremos dois tipos de disjunção enunciativa: a disjunção dos enunciadores considerados pelo locutor da interrogação e a disjunção dos enunciadores esperados da réplica considerada pelo interlocutor.

#### 3.7.1. Disjunção da enunciação da interrogação

No exemplo (12), em que a orientação da interrogação positiva em *est-ce que* é neutra, o riso do jornalista no final do turno assinala dois movimentos da enunciação e dois enunciadores: um enunciando uma interrogação, o outro marcando uma distância, pelo riso, com relação a essa interrogação.

(12) (Michel Rocard/ Anne Sinclair, *Heure de Vérité*, 20-4-89)

1 **J** e segundo será que hã finalmente há um equilíbrio muito hã ã um equilíbrio não dito na 5ª República que quer que o Primeiro Ministro tenha sempre uma popularidade ligeiramente mais branda que a do Presidente da República e aparentemente seria necessário conservar essa distância. É difícil administrar (riso)?

[1 **J** et deuxièmement est-ce que euh finalement il y a un équilibre assez euh euh un équilibre non dit dans la 5ème république qui veut que le 1er. Ministre ait toujours une popularité légèrement plus faible que celle du Président de la République et apparemment il faudrait conserver cet écart-là. Est-ce que c'est difficile à gérer (rire)?]

#### 3.7.2. Disjunção da enunciação da resposta esperada

(13) (Jean-Pierre Soisson/ Jean-Pierre Elkabbach, *Europe 1*, 26-10-88)

1 **J** mas ãh ãh para fazer aprovar os acordos Tjibaou-Lafleur não poderíamos passar simplesmente, como solicita o RPR, pelo parlamento, e talvez mesmo o UDF, pelo parlamento e evitar o referendun? (.) seriamente

[1 **J** mais euh euh pour faire approuver les accords Tjibaou-Lafleur, est-ce qu'on ne pouvait pas passer simplement, comme le demande le RPR, par le parlement, et peut-être même l'UDF, par le parlement et éviter le référendun? (.) sérieusement]

A interro-negação em *est-ce que* determina uma orientação em direção ao desacordo e estabelece a asserção de valor oposto *poder-se-ia passar pelo parlamento* como resposta esperada. A presença da seqüência modalizante *poderia simplesmente* e do verbo *evitar*

reforça essa orientação. O imperfeito *poderia* desencadeia um pressuposto: o locutor-J pré-constrói a asserção *não se poderia passar pelo parlamento*. No nível enunciativo, o advérbio *seriamente* precedido de uma pausa que segue o enunciado interrogativo faz aparecer dois enunciadores potenciais da resposta: no lugar de um enunciador 'não-sério' esperado como aquele que responde, é solicitado um enunciador 'sério'. Teremos de voltar posteriormente sobre a interpretação de uma tal disjunção (cf. 5). Notaremos simplesmente aqui que o questionamento do político concerne de novo a suas qualidades morais, notadamente a sua sinceridade.

#### 4. Análise da interrogação pela réplica

A réplica analisa as dimensões descritivas da interrogação ao efetuar uma releitura desta. Ela permite imprimir valores às ações realizadas no par interrogação-réplica, que designaremos sob os termos ato de enunciação, ato de questão e ato de interrogação. A definição dessas ações será o objeto da seqüência deste artigo.

##### 4.1. Observações sobre a adjacência

Antes de mais nada, faremos uma observação sobre a 'adjacência' das questões e das respostas, através da qual se manifesta formalmente a força interlocutória da interrogação. Retomemos o exemplo (2) completado pelo exemplo (14) com o turno de fala réplica enunciado pela personalidade política:

(14) (Jacques Delors/ Dominique Souchier, *France-Inter*, 31-5-88)

1 **J** *obrigado por estar conosco esta manhã, direto de Bruxelas. Vamos falar da Europa, mas JD, eu me pergunto de início se em Bruxelas o senhor não se vangloria quando ouve que aqui em Paris não se pára de debater o tema da abertura, porque o senhor, bem, o senhor não esperou estar na moda para falar disso. Eu me lembro que há um ano, mais ou menos na mesma época, o senhor clamava pela anistia ideológica. O senhor se vangloria, senhor JD?*

2 **P** *Absolutamente ãh isto faz 17 meses e eu gostaria de lembrar muito brevemente que ãh enquanto Presidente da Comissão Européia, eu me atribuo um dever de reserva durante as eleições, mas...*

[1 **J** *merci d'être avec nous ce matin en direct de Bruxelles. On va parler de l'Europe, mais JD, je me demande d'abord si à Bruxelles vous triomphez pas quand vous entendez qu'ici à Paris on ne cesse de débattre du thème de l'ouverture, parce que vous, ben vous n'avez pas attendu que soit à la mode pour en parler. J'me souviens qu'il y a un an à peu près à la même époque, vous plaidez pour l'amnistie idéologique. Est-ce que vous triomphez JD?*

2 **P** *oh! Pas du tout euh ça fait 17 mois et je voudrais rappeler très brièvement que euh en tant que Président de la Commission Européenne, je m'assigne à un devoir de réserve pendant les élections, mais... ]*

Observaremos neste exemplo que os elementos temáticos são organizados de modo particular no momento em que são retomados pela resposta. Há cruzamento entre os elementos temáticos da questão e os fragmentos de resposta que lhe correspondem. Os algarismos 1 e 2 representam a ordem seqüencial na qual aparecem os elementos na questão e depois na resposta.

Q1: *há um ano aproximadamente*

[*il y a un an à peu près*]

Q2: *o sr. se vangloria*

[*est-ce que vous triomphez*]

R1: *oh absolutamente*

[*oh pas du tout*]

R2: *ah, isso faz 17 meses*

[*euh ça fait 17 mois*]

R1 'responde' à Q2 e R2 a Q1. O que se pode representar por: (Q1 (Q2 R1) R2).

#### 4.2. A resposta à demanda de confirmação

Na réplica, duas ordens de parâmetros devem ser levadas em conta para determinar a resposta à orientação da demanda de confirmação, que se exprime ou sob a forma de acordo, isto é, em conformidade com a asserção esperada como resposta, ou de desacordo, em não-conformidade com a asserção. Os primeiros elementos a se levar em conta são a presença de morfemas *sim/não*, ou a repetição da proposição sob a forma positiva ou negativa, que vai permitir assinalar o acordo ou o desacordo com a demanda de confirmação. O quadro 1 resume as diferentes possibilidades. A essas configurações iniciais é preciso acrescentar a consideração de marcas que interpretaremos segundo as regras de preferência da conversação ordinária.

## QUADRO 1

Questão	Resposta	
orientação acordo	positiva	acordo
orientação acordo	negativa	desacordo
orientação desacordo	negativa	acordo
orientação desacordo	positiva	desacordo

A noção de marca é aquela utilizada na análise de conversação, notadamente por autores como Levinson (1983). Levinson faz um empréstimo metafórico dessa noção à fonologia, com a finalidade de elaborar a noção de preferência por uma ação: os enunciados que comportam marcas lingüísticas exprimem ações não-preferidas, conforme a idéia segundo a qual um “excesso” de material lingüístico marca um enunciado em um turno de fala. As ações preferidas são enunciadas de modo não-marcado<sup>23</sup>. No que diz respeito às questões-respostas nas conversações ordinárias, as ações não-marcadas lingüisticamente são as respostas de acordo com a demanda de confirmação, enquanto que o desacordo é marcado. Ou seja, o acordo é preferido e o desacordo não-preferido. Observamos dois tipos de marcas nas réplicas:

## (a) marcas de interlocução

Essas marcas são assim chamadas por causa da sua posição na junção da interlocução, ou seja, no início do turno de fala. Elas são colocadas em funcionamento pela propriedade estrutural da adjacência entre a questão e a resposta. Os gramáticos do oral lhes chamam conectores de diálogo (cf. Rey-Debove, 1983). São elementos como *bom, bem, mm, oh, euh, escuta*, que têm a particularidade de introduzir uma demora antes da enunciação da resposta.

## (b) marcas de comentário de enunciação:

São as seqüências que exprimem uma justificação, uma explicação ou uma avaliação da enunciação da resposta.

O emprego dessas marcas permite distinguir diversos casos de figuras:

<sup>23</sup> Cf. Fornel (1988) para um estudo da preferência formal para o acordo no par adjacente, notadamente no par questão-resposta; o autor analisa diversas soluções trabalhadas pelos locutores para evitar mostrar imediatamente seu desacordo. Essas soluções, caracterizadas pelos lugares respectivos das ações preferenciais acordo e desacordo na réplica, na relação com os movimentos temáticos, não fazem apelo diretamente à noção de marca.

- Se há expressão do acordo ou do desacordo, a demanda de confirmação é levada em conta e diremos que há aceitação do ato de enunciação. Senão, se a demanda de confirmação não é levada em conta, falaremos de rejeição do ato de enunciação.

- Se o desacordo é marcado, estamos no caso geral da conversação ordinária e consideraremos que não há acontecimento enunciativo particular.

- Se o desacordo não é marcado, consideraremos que se produz um acontecimento enunciativo.

- No caso do acordo, é o contrário: um acordo não marcado não provoca o acontecimento enunciativo particular, contrariamente a um acordo marcado.

- No caso de termos pela frente uma simples interrogação (não-orientada), consideraremos que toda resposta marcada se interpreta como um desacordo. A interrogação recebe um valor retroativo de demanda de confirmação orientada em direção ao acordo. É o caso em que diremos que a réplica efetua uma reinterpretação parcial da interrogação de modo retroativo. Examinemos agora essas diferentes configurações a partir de exemplos extraídos de nosso *corpus*<sup>24</sup>.

#### 4.2.1. Desacordo marcado

No exemplo (14), pudemos observar que a interrogação comportava uma orientação em direção ao acordo, em conflito com uma ação qualificada desfavoravelmente, *vangloriar-se*, que orientava em direção ao desacordo. A resposta a essa demanda é negativa: *não, eu não me vanglorio*, há desacordo com a orientação positiva da demanda de confirmação e acordo (mesma orientação) com a idéia de não realizar um ato qualificado negativamente. O conflito é, desse modo, resolvido. Já que a demanda de confirmação é levada em conta, existe a aceitação do ato de enunciação.

#### 4.2.2. Interpretação retroativa da demanda de confirmação

Vamos agora considerar casos em que, embora a interrogação não seja orientada, a réplica a interpreta como orientada. Nos dois exemplos seguintes, estamos na presença de uma forma interrogativa positiva em *est-ce que*, não marcada para a orientação. (15) comporta o verbo *jogar* (*o jogo*), o qual se pode pensar ser semanticamente positivo: é

<sup>24</sup> Devo precisar que, como as réplicas podem ser extremamente longas, não irei conservar senão o início, de modo a privilegiar a análise da adjacência.

bom jogar o jogo, sobretudo para um diretor de empresa. As duas dimensões, orientação e avaliação da ação, não sendo contraditórias, contribuem para orientar ligeiramente a resposta em direção ao acordo e à asserção *os diretores de empresa jogam o jogo*.

(15) (Jean Pierre Soisson/ Jean Pierre Elkabbach, *Europe 1*, 26-10-88)

1 **J** *Os diretores de empresa, Jean Pierre Soisson, jogam o jogo?*

2 **P** *Os diretores de empresa jogam o jogo. Porque é preciso que os franceses compreendam que não é o Estado que cria empregos. São as empresas...*

[1 **J** *Est-ce que les chefs d'entreprise, Jean Pierre Soisson, jouent le jeu?*

2 **P** *Les chefs d'entreprise jouent le jeu. Parce qu'il faut que les Français comprennent que ce n'est pas l'état qui crée des emplois. Ce sont les entreprises...]*

A resposta é positiva pela repetição da proposição contida na interrogativa *os diretores de empresa jogam o jogo*, em acordo, pois, com a orientação. Mas ela comporta um *porque* que se pode interpretar como uma marca de justificação de sua enunciação e se pode glosar como *eu digo aqui porque é necessário que os franceses compreendam [je dis ceci parce qu'il faut que les Français comprennent]*. Segundo nossas regras, já que há marca, essa réplica está em desacordo com a orientação da interrogação. E ainda que possa parecer paradoxal, essa interrogação recebe uma interpretação como demanda de confirmação negativa orientada em direção ao desacordo. Já que há uma expressão do desacordo, o ato de enunciação é aceito. Notaremos entretanto um deslocamento enunciativo particular introduzido pela designação explícita do alocutário *os franceses*, distinto do alocutário *jornalista*.

Consideremos agora o exemplo (16). A interrogação não é orientada mas a resposta positiva é extremamente marcada: pelo advérbio *naturalmente*, por uma retomada *eu aplaudo com as duas mãos*, com quantificação *as duas mãos*<sup>25</sup> e por uma qualificação da interrogação, *que idéia é essa?*.

<sup>25</sup> Uma tal correspondência da quantificação entre interrogação e réplica não é rara nesse *corpus*: No exemplo (a) a quantificação da interrogação *est-ce que vous n'avez pas un petit peu progressé* desapareceu na réplica *ben j'ai progressé*:

(a) (PJ, RTL, 7-11-88)

1 **J** *Efetivamente ãh não há muitos escrutínios na França (aspiração) o senhor não terá feito um pequeno progresso na maneira pela qual irá resolver essa questão?*

(16) (Michel Rocard, *Europe 1*, 11-89)

A propósito da abertura do muro de Berlim (novembro de 89):

1 **J** *de início, Michel Rocard, o sr. aplaude o que se passa atualmente?*

2 **P** *naturalmente, eu aplaudo com as duas mãos, que idéia é essa?*

[1 **J** *tout d'abord, Michel Rocard est-ce que vous applaudissez à ce qui se passe actuellement?*

2 **P** *naturellement, j'applaudis des deux mains, qu'est-ce que c'est que cette idée?]*

Em virtude da presença dessas marcas, diremos que há desacordo com uma orientação suposta da interrogação. Esta que não comportava receber retroativamente uma interpretação de demanda de confirmação negativa orientada em direção ao desacordo. No que concerne à seqüência *eu aplaudo com as duas mãos*, poderíamos dizer aqui, seguindo as hipóteses formuladas por Anscombe e Ducrot (1981), que o locutor-P (personalidade política) faz entender um enunciador que teria formulado a asserção de negatividade oposta à questão, a saber, *o sr. não aplaude o que se passa atualmente*, o que é reforçado pelo advérbio *naturalmente*, que assinala um movimento análogo. E é essa asserção que é qualificada pejorativamente pelo enunciado *que idéia é essa?* É na verdade a réplica que atualiza, mostra e qualifica essa asserção. Nada na interrogação

---

2 **P** *Bem, eu tenho progredido, eu vou, eu vou transmitir a todos os...*

[1 **J** *Effectivement est-ce qu'il y a pas euh trop de scrutins en France (aspiration) est-ce que vous n'avez pas un petit peu progressé PJ, sur la manière dont vous allez résoudre cette question?*

2 **P** *Ben j'ai progressé, je vais, je vais transmettre à toutes les...]*

*No que diz respeito ao exemplo (b), observamos uma forma de sobreposição entre interrogação e réplica: atingir os 40% ultrapassados:*

(b) (J-P S/J-P EK, *Europe 1*, 26-10-88)

1 **J** *Última questão, última questão, MS, de acordo com uma sondagem IFOP-Libération dessa manhã, somente 37% dos franceses irão votar. O senhor acredita chegar aos 40% de participação, neste ritmo.*

2 **P** *Nós os ultrapassaremos.*

[1 **J** *Dernière question, dernière question, Monsieur Soisson, d'après un sondage IFOP-Libération de ce matin, 37% seulement des Français vont voter. Est-ce que vous croyez atteindre les 40% de participation à ce rythme.*

2 **P** *Nous les dépasserons.]*

permite interpretá-la desse modo. No que diz respeito aos valores da ação, há aceitação do ato de enunciação já que um desacordo com a orientação é expresso. Além disso uma nova figura de disjunção enunciativa: questionamento pela réplica do enunciador da interrogação.

#### 4.3. Rejeição da demanda de confirmação e do ato de enunciação

Nos exemplos seguintes, examinaremos o modo como a orientação da interrogação, mesmo não marcada, é ignorada na réplica, e o modo como a demanda de confirmação é rejeitada.

Seja o exemplo (17):

(17) (Michel Rocard/ Anne Sinclair, *Heure de Verité*, 20-4-89)

1 **J** *desde alguns dias o presidente da República multiplica os contatos telefônicos ãh e os contatos diplomáticos. Não poderíamos ter começado por aí?*

2 **P** *Minha senhora, nós começamos por aí. Mas seria preciso que a situação evoluísse. Eu li em algum lugar que a ação governamental tinha sido acusada de improvisação...*

[1 **J** *depuis quelques jours le Président de la République multiplie les contacts téléphoniques euh et les contacts diplomatiques. Est-ce qu'on n'aurait pas pu commencer par là?*

2 **P** *Madame, on a commencé par là. Mais il fallait que la situation évolue. J'ai lu quelque part que l'action gouvernementale avait été accusée d'improvisation...]*

A interrogação que examinamos no exemplo (10) é uma demanda de confirmação positiva, orientada em direção ao acordo, lembremos, com uma contradição entre a asserção esperada e o pressuposto, convocando uma justificação da parte do locutor da resposta.

Na réplica, constatamos que não há nem resposta positiva nem resposta negativa a essa demanda. Diremos então que não há consideração nem da demanda de confirmação nem do ato de enunciação, segundo nossa definição. A rejeição do ato de enunciação se efetua pelo enunciado *nós começamos por aí*, que é a expressão da rejeição do pressuposto da interrogação, a saber, *nós não começamos por aí*. A réplica faz aparecer um enunciador

da interrogação que teria enunciado esse pressuposto – este enunciador é denominado explicitamente pelo tratamento *Senhora*. O locutor-P, ao contrário, aceita responder à primeira parte da questão concernente à hesitação da diplomacia francesa. É o que indica o *mas*, em *mas seria preciso que a situação evoluísse*. As implicações a serem reconstituídas aqui poderiam ser formuladas do modo seguinte: *nós começamos por aí mas seria cedo demais para que a ação do governo pudesse ser eficaz. Então seria preciso que a situação evoluísse [on a commencé par là mais il était trop tôt pour que l'action du gouvernement puisse être efficace. Donc il fallait que la situation évolue]*. Podemos levantar a hipótese de que o enunciador dessa parte da interrogação não é o mesmo que aquele que enunciou o enunciado interrogativo, ou seja, *Senhora*. De modo simétrico, o alocutário suposto também não é o mesmo. Observa-se aquilo que chamamos uma disjunção enunciativa da interrogação operada na réplica. Porque a cadeia de inferência é aqui preservada, diremos que o ato de questão é aceito, enquanto que o ato de enunciação é rejeitado.

#### 4.4. Análise da argumentação

Com o exemplo (17) acima, pudemos observar um trajeto argumentativo muito complexo. Nos exemplos seguintes, tentaremos ver como, através da análise da interrogação efetuada pela réplica, os trajetos argumentativos presentes na interrogação podem corresponder àqueles presentes na réplica.

Seja o exemplo (18):

(18) (Jacques Delors/ Dominique Souchier, *France-Inter*, 31-5-88)

1 **J** *bom. Sobre a Europa, na sua opinião se joga?, os políticos estão realmente de acordo ou eles fingem?*

2 **P** *bem (ff) eu acredito apesar disso ãh o verdadeiro os verdadeiros debates não começaram. Mas eu estimo também para falar francamente que ãh François Mitterrand desempenhou um papel decisivo...*

[1 **J** *bom. Sur l'Europe est-ce qu'on joue à votre avis, est-ce que les hommes politiques sont vraiment d'accord ou est-ce qu'ils font semblant?*

2 **P** *bem (ff) je crois quand même euh le vrai les vrais débats ne sont pas commencés. Mais je j'estime aussi pour parler franchement que euh François Mitterrand a joué un rôle déterminant...*]

Vimos no exemplo (II) que a interrogativa alternativa era orientada em direção a uma demanda de confirmação da proposição *os políticos fingem estar de acordo*, com avaliação negativa da ação. A réplica comporta uma negação *os verdadeiros debates não começaram*. Não é uma negação da proposição sobre a qual se aplica a demanda de confirmação. Ela não pode então exprimir o desacordo. Mas vai constituir um elemento que contribui para marcar essa réplica. Uma outra marca é constituída pela seleção de *verdadeiro (verdadeiros debates)* na réplica em relação à escolha que a questão entre *estar realmente de acordo e fingir* propunha, com uma preferência, vimos, por *fingir*. Dois outros elementos marcados, *bem (ff)* e o indicador de refutação *apesar disso* contribuem para a interpretação dessa réplica como um desacordo para com a demanda de confirmação, portanto como uma resposta negativa.

Resta-nos examinar os aspectos argumentativos dessa réplica, especialmente considerar o conector *apesar disso*. Moeschler e Spengler (1981) o analisam como orientado retroativamente e como a manifestação do desacordo do interlocutor, na medida em que ele coloca em contradição duas proposições p e q sob um modo implícito e atenuado:

A: p

B: p mas apesar disso q,

[A: p

B: p *mais quand même* q ],

onde q entra em contradição com p. O emprego de *apesar disso* torna a recusar implicitamente o conteúdo anteriormente assertado na questão que q refuta. Dito de outro modo, p deveria ser uma asserção anterior na questão que q refuta. No exemplo (II) essa proposição p refutada deveria ser proposta para confirmação pela interrogação, a saber (E1) *os políticos fingem [les hommes politiques font semblant]*. Considerada como p, essa proposição não faz muito sentido:

*Os políticos fingem mas apesar disso os verdadeiros debates não começaram. [Les hommes politiques font semblant mais quand même les vrai débats ne sont pas commencés.]*

Sob uma forma negada, essa mesma proposição parece mais apropriada:

*Não é verdade que os políticos fingem mas apesar disso os verdadeiros debates ainda não começaram. [Il n'est pas vrai que les hommes politiques font semblant mais quand même les vrais débats ne sont pas commencés.]*

E2 mas apesar disso E3.

[E2 mais quand même E3.]

Logo, essa forma negada seria a expressão do desacordo do locutor-P se tivesse sido explicitamente expressa. A refutação recai então sobre E2, *não é verdade que os políticos fingem*, enunciada pelo próprio locutor-P, e não sobre E1, *os políticos fingem*, enunciado pelo interlocutor. Esse enunciado E2 é, ele mesmo, a forma expressa do desacordo do locutor-P com a proposição E1 do locutor-J.

Seja:

J E1

P E2 (= não-E1) mas apesar disso

[mais quand même] E3

Esse caso exemplifica uma configuração extremamente interessante de jogo interlocutório; a réplica coloca em cena dois enunciadores, um dá uma resposta E2 em desacordo com a interrogação E1 e o outro refuta esse desacordo com a proposição E3.

Vejamus um segundo exemplo onde se observa um tratamento das inferências:

(19) (Jean Pierre Soisson/ Jean Pierre Elkabbach, *Europe 1*, 26-10-88)

1 **J** *mas ãh ãh para fazer aprovar os acordos Tijibaou-Lafleur, não se poderia passar simplesmente, como quer o RPR, pelo parlamento, e talvez mesmo o UDF, pelo parlamento e evitar o referendun? (seriamente).*

2 **P** *o referendun não saiu ãh de um chapéu como um coelho. É a resposta a uma questão precisa e decisiva do FLNKS antes que nos engajássemos...*

[1 **J** *mais euh euh pour faire approuver les accords Tijibaou-Lafleur, est-ce qu'on ne pouvait pas passer simplement, comme le demande le RPR, par le parlement, et peut-être même l'UDF, par le parlement et éviter le référendun? (sérieusement).*

2 **P** *le référendun n'est pas sorti euh d'un chapeau comme un lapin. C'est la réponse à une question précise et décisive du FLNKS avant que nous nous engagions...]*

Recordemos que o turno 1 (cf. exemplo 13) é marcado para a orientação em direção ao acordo. A réplica não comporta propriamente falando resposta negativa à demanda de

confirmação, ainda que o primeiro enunciado na forma negativa *o referendum não saiu de um chapéu como um coelho* possa cumprir esse papel. Podemos obter uma resposta a essa demanda de confirmação se restabelecermos os encadeamentos seguintes:

(a) *O referendum não saiu de um chapéu como um coelho porque ele é a resposta a uma questão precisa do FLNKS, portanto não se podia evitá-lo.* [Le référendum n'est pas sorti d'un chapeau comme un lapin parce qu'il est une réponse à une question précise du FLNKS, donc on ne pouvait pas l'éviter].

(b) *O referendum não saiu de um chapéu como um coelho porque ele é um negócio sério.* [Le référendum n'est pas sorti d'un chapeau comme un lapin parce que c'est une affaire sérieuse].

(a) constitui uma resposta negativa à demanda de confirmação. Essa resposta está então em desacordo com a demanda de confirmação. (b) faz eco a *seriamente* e à dissociação enunciativa que ele introduzia na interrogação.

## 5. Alguns elementos de interpretação, à guisa de conclusão

### 5.1. Configurações enunciativas

Ao longo do exame de nossos exemplos, evidenciamos um certo número de efeitos de disjunção enunciativa, dos quais podemos tentar uma interpretação formulando uma hipótese sobre a especificidade dos lugares enunciativos. Salientamos no item 2.4. que a característica enunciativa principal do debate público em relação à conversação ordinária consistia no lugar de terceiro ocupado pelo público, em que ele é apenas o alocutário e não-locutor. Pode-se ir além e levantar a hipótese de que o público é um enunciador. O debate público seria então caracterizado pela interação de dois locutores (o jornalista e a personalidade política) fazendo ouvir ao menos três enunciadores: o jornalista, a personalidade política e o público. Os diferentes efeitos de disjunções enunciativas irão então ser interpretáveis a partir de uma configuração inicial que poderíamos formular do seguinte modo:

- Ao colocar uma questão, o locutor-jornalista faz ouvir um enunciador, o público, ao qual ele se identifica.

- Na resposta, o locutor-Personalidade-política faz ouvir um enunciador homem público, representando um partido ou uma função governamental, ou qualquer outra

posição institucional com a qual o locutor pode se identificar. Ele se dirige ao alocutário-público com o qual o locutor-J é associado. Nesta configuração inicial há, pois, coincidência, ao menos aparente, entre locutor e enunciador.

A partir desta primeira configuração, outras podem se realizar, segundo o modo como se diferenciam as posições enunciativas. Locutores e enunciadores podem se desprender e ocupar lugares enunciativos distintos, mas em interação. É importante notar que essa disjunção se efetua de modo lingüisticamente mostrado. O exemplo (12) apresenta um caso em que a interrogação distingue dois enunciadores da questão, um se distanciando do outro pelo riso. O locutor-J faz ouvir um enunciador outro que o enunciador-público. No exemplo (13), a interrogação, marcada pelo advérbio *seriamente*, distingue dois enunciadores potenciais da resposta, um esperado, identificado ao locutor-P, o outro desejado. Pode ser a réplica que coloca em causa o enunciador da interrogação, seja qualificando pejorativamente sua enunciação (cf. *que idéia é essa?*), como no exemplo (16), seja rejeitando-a pura e simplesmente, como no exemplo (17). Pode-se dizer, nesse caso, que é a legitimidade mesma do jornalista que é colocada em causa. O locutor-P o dissocia de sua posição de porta-voz do enunciador-público, como indica o tratamento por *Senhora*.

O próprio locutor da réplica pode também fazer ouvir diversos enunciadores, um intervindo sobre a enunciação do outro. É o que descobrimos com a análise de *apesar disso [quand même]* no exemplo (18). O aparecimento de tais jogos enunciativos pode estar ligado a uma outra observação que se pode fazer sobre o debate político, a saber, que é muito raro observar uma resposta direta a uma demanda de confirmação. Obtemos, na maior parte das vezes, sejam respostas marcadas, que interpretamos segundo o princípio da preferência como um desacordo, sejam seqüências argumentativas incompletas. Num *corpus* desse tipo, aparentemente seria o desacordo a ser privilegiado, e não o acordo. O que é particularmente observável é que, mesmo quando as interrogações não são orientadas ou não situam o locutor diante de uma alternativa impossível, porque contraditória, são interpretadas de modo retroativo pela personalidade política como inaceitáveis.

Finalizarei evocando o problema colocado pela terceira posição nesse tipo de troca conversacional, a saber, a recepção da resposta. Examinemos o exemplo (20):

(20) (François Mitterrand/ Anne Sinclair, *7-sur-7*, 12-2-89)

1 **J** *sim mas nós vamos, bem entendido, chegar nisso, mas se o sr. veio esta noite, sr. presidente, é porque é François Mitterrand que está em causa ou porque a França é tocada?*

2 **P** *bem, me dizem o sr. não intervém muito freqüentemente e, quando eu intervenho, me dizem porque o sr. está aí (2'') seria preciso se entender.*

3 **J** *quer dizer que o seu silêncio ãh pesa e e quando o sr. e quando o sr. vem causa estrardalhaço*

4 **P** *diremos (.) é para dizer porque vim? Eu vim para vos encontrar,*

5 **J** *[oh é muito gentil,*

6 **P** *[(inaud) eu quero dizer com isso para encontrar os franceses eu estou com muita freqüência desse modo em evidência sobre problemas particulares...]*

[1 **J** *Oui mais on va bien entendu y venir, mais si vous êtes venu ce soir. M. le Président est-ce que c'est parce que c'est François Mitterrand qui est en cause ou parce que la France est touchée?*

2 **P** *en bien on me dit vous n'intervenez pas assez souvent et quand j'interviens on me dit pourquoi êtes-vous-là (2'') il faudrait s'entendre.*

3 **J** *c'est-à-dire que vos silences euh pèsent et et quand vous et quand vous venez ça fait du bruit*

4 **P** *on dirait (.) cela dit pourquoi suis-je venu? Je suis venu pour vous rencontrer,*

5 **J** *[bah c'est trop gentil,*

6 **P** *[(inaud) je veux dire par là pour rencontrer les Français je suis très souvant comme cela en première ligne sur des problèmes particuliers...]*

Estamos aqui na presença de uma questão formulada no turno 1 e de uma seqüência encaixada (turnos 2, 3 e 4); a primeira parte do turno 4 *on dirait* (.) é uma réplica ao turno 3. A resposta se estende sobre dois turnos de fala: os turnos 2, a segunda parte do turno 4 e os turnos 5 e 6. São esses dois últimos turnos que nos interessarão mais particularmente<sup>26</sup>.

O turno 5 corresponde à recepção da resposta por aquele que questiona. Em uma conversação ordinária, corresponde à terceira posição da estrutura questão-resposta,

<sup>26</sup> Um estudo consagrado à ordenação dos turnos de fala numa seqüência poderia permitir levar em conta a complexidade dessa troca. Um tal estudo excede a proposta desse artigo.

sendo a primeira ocupada pela questão e a segunda pela resposta. Nos debates políticos na França, essa posição de recepção, embora pouco freqüente, não é totalmente excepcional, contrariamente ao que se passa no Reino Unido. Heritage, em um estudo conversacional (1985), constatou de fato que uma tal posição não existe nas questões-respostas das *news-interviews*. Ele interpreta essa ausência como a que assinala o apagamento do jornalista diante do público, deixando-lhe o lugar de único alocutário da resposta, a fim, diz ele, de que o público não se encontre em posição de assistir a uma conversa privada entre o jornalista e o entrevistado (não se trata aqui de personalidade política). A ausência de terceiro lugar contribui assim para garantir a neutralidade do jornalismo, exigida, aliás, pela lei no Reino Unido (cf. Heritage, 1985:114); toda avaliação, comentário ou marcas (*hm, oh*, etc.) no lugar da recepção da resposta é suscetível de aparecer como uma tomada de posição do jornalista sobre a resposta fornecida pelo entrevistado. No exemplo 20, o turno 5 comporta um comentário do jornalista sobre a resposta do político, que tende a ser interpretada como um cumprimento. Duas interpretações (ao menos) são possíveis no que diz respeito à identidade do enunciador desse “cumprimento”:

(a) é o enunciador “público” ao qual se identificou o locutor-J

(b) é o próprio locutor-J que se posiciona como alocutário principal, colocando-se assim no lugar do público.

É a segunda interpretação que é selecionada pelo locutor-P no turno 6. Este retifica a identidade do enunciador suposto designando nominalmente o alocutário, a saber, os franceses. Estamos aqui na presença de uma nova configuração: J se substitui ou é percebido por P como substituindo o público.

### **Conclusão**

Neste estudo parcial das questões-respostas no debate político, tentamos fazer interagir duas ordens de elementos interpretativos: valores de ação e jogos enunciativos. A interpretação de uma seqüência questão-resposta consiste em atribuir um valor a cada uma das dimensões seguintes: ato de enunciação, ato de questão e ato de interrogação, conforme sejam aceitos ou rejeitados. É possível agora definir mais precisamente esses valores de ação. Diremos que há o ato de resposta a uma questão quando as três

dimensões da interrogação são aceitas. Lembremos que o ato de enunciação é aceito se um acordo ou um desacordo à demanda de confirmação é expresso. O ato de questão é satisfeito se as cadeias da inferência são respeitadas.

No que concerne ao ato de interrogação, o exemplo (21), que intuitivamente poderia ser identificado como um caso de não-reposta, vai nos permitir defini-lo.

(21) (Jacques Toubon/ Dominique Souchier, *France-Inter*, 6-5-88)

1 **J** *Bom. Nós não falamos ainda da Nova Caledônia. Na Nova Caledônia, esta manhã, o exército e a polícia estiveram em estado de alerta. O sr. acredita que uma ordem como aquela é uma ordem durável?*

2 **P** *Isso me inspira duas coisas. Primeiramente que eu estou ãh muito contente de ter visto terminar a prisão de reféns de Ouvéa...*

[1 **J** *bon. Nous n'avons pas encore parlé de la Nouvelle Calédonie. En Nouvelle Calédonie, ce matin, l'armée et la gendarmerie ont été mises en état d'alerte. Est-ce que vous croyez qu'un ordre comme celui-là est un ordre durable?*

2 **P** *Ça m'inspire deux choses. Premièrement que je suis euh très heureux d'avoir vu se terminer la prise d'otages d'Ouvéa...]*

Neste exemplo, enquanto os atos de enunciação e de questão são rejeitados, o ato de interrogação é preservado:

1. graças à aceitação da mudança de turno pelo locutor-P, que satisfaz assim a restrição estrutural do par adjacente.

2. graças igualmente à ocorrência do *isso* anafórico em *isso me inspira duas coisas* que mantém a aparência de uma certa continuidade temática.

Essas duas propriedades, sendo ambas minimamente exigíveis numa troca conversacional, constituem aquilo que se chama a satisfação do ato de interrogação. No *corpus* que estudamos, o ato de interrogação não é jamais colocado em causa e o ato de questão é praticamente sempre satisfeito. Isto está ligado à determinação institucional da troca conversacional. É o ato da enunciação que é a dimensão mais complexa, pois faz aparecer disjunções entre locutores e enunciadorees, determinando os jogos enunciativos.

Tradução: Telma Domingues da Silva

### Résumé

Dans cet article, je tente d'établir des dimensions descriptives propres à l'analyse du couple interrogatoire-réplique considéré comme un objet linguistique d'ordre interlocutoire et interprétable comme action. L'hypothèse centrale consiste à considérer que l'interprétation du couple question-réponse est dépendante de l'interprétation rétroactive de l'interrogation par la réplique. Cette étude est limitée aux interrogations totales en *est-ce que* dans un corpus de débats politiques. Elle emprunte ses concepts d'analyse à plusieurs champs théoriques de l'usage de la langue: elle tente de mettre au travail, de façon simultanée ou à des étapes différentes de la description, des notions issues de l'analyse de conversation et de la pragmatique. Souhaitons qu'elle y soit parvenue sans trop d'incohérences.

### BIBLIOGRAFIA

- Anscombe, J-C. e Ducrot, O. (1981) "Interrogation et Argumentation". *Langue française*, 52: 5-22.
- Anscombe, J-C. e Ducrot, O.(1983) *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles, Pierre Mardaga.
- Authier, J. (1984) "Hétérogénéité(s) Énonciative(s)". *Langages*, 73:98-III.
- Bhatt, P. e Leon, P. (1987) "Structures Prosodiques du Questionnement Radiophonique". *Études de linguistique appliquée*, 66:88-105.
- Borillo, A. (1978) *Structure et valeur énonciative de l'interrogation totale en français*. Thèse de Doctorat d'Etat. Université de Provence, Aix-en-Provence.
- Borillo, A. (1979) "La Négation et l'Orientation de la Demande de Confirmation". *Langue française*, 44:27-41.
- Coveney, A. (1989) "Pragmatic Constraints on Interrogatives in Spoken French". *York papers in linguistics*, 13:89-99.
- Culioli, A. (1985) *Notes du séminaire de DEA (1983-1984)*. Université Paris VII, DRL, Paris.
- Diller, A-M. (1984) *La pragmatique des questions et des réponses*. Tübingen, Gunter Narr Verlag.
- Ducrot, O. et al. (1980) *Les mots du discours*. Paris, Editions de Minuit.
- Ducrot, O. (1983) "La Valeur Argumentative de la Phrase Interrogative". In *Logique, argumentation, conversation: actes du Colloque de Pragmatique, Fribourg, 1981*. Berne, Peter Lang, pp. 79-100.

- Ducrot, O. (1984) *Le dire et le dit*. Paris, Editions de Minuit.
- Fontaney, L. (1991) "À la Lumière de l'Intonation". In Kerbrat-Orecchione, C. (org.), *La question*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, pp. 113-162.
- Fornel, M. de (1988) "Constructions Disloquées, Mouvement Thématique et Organisation Préférentielle dans la Conversation". *Langue française*, 78:101-123.
- Fornel, M. de (1990) "Sémantique du Prototype et Analyse de Conversation". *Cahiers de linguistique française*, 11:159-178.
- Groenendijk, J. et Stokhof, M. (1984) *Studies on the semantics of questions and the pragmatics of answers*. Thèse de l'Université d'Amsterdam.
- Grundstrom, A. W. (1973) "L'Intonation des Questions en Français Standard". In Grundstrom, A. W. et Leon, P. R. (orgs.), *Interrogation et intonation en français standard et en français canadien*. Studia Phonetica 8, Montréal/ Paris/ Bruxelles, Didier, pp. 19-51.
- Heritage, J. (1985) "Analyzing News Interviews: Aspects of the Productions of Talk for an Overhearing Audience". In Van Dijk, A. T. (org.), *Handbook of discourse analysis*, Vol. 3: *Discourse and dialogue*, Londres: Academic Press, pp. 95-117.
- Hintikka, J. (1978) "Answers to Questions". In Hiz, H. (org.), *Questions*. Dordrecht, D. Reidel Publishing Company, pp. 279-301.
- Kerbrat-Orecchione, C. (org.) (1991) *La question*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- Léon, J. (1989) "Un Modèle du Couple Question-Réponse". In Léon, J. et Pharo, P., *La constitution du public dans l'interlocution politique, essai de modélisation*. Rapport d'étude, ASP Communication Politique, CNRS, décembre 1989.
- Léon, J. e Pharo, P. (1989) *La constitution du public dans l'interlocution politique, essai de modélisation*. Rapport d'étude, ASP Communication Politique, CNRS, décembre 1989.
- Levinson, S. (1983) *Pragmatics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Marandin, J-M. (1986) "Des Mots et des Actions: Compliment, Complimenter et l'Action de Complimenter". *Lexique*, 5:65-100.
- Milner, J. (1973) "Elements pour une Théorie de l'Interrogation". *Communications*, 20:19-39.
- Moeschler, J. et Spengler, N. de (1981) "Quand même: de la concession à la réfutation". *Cahiers de linguistique française*, 2:93-112.

- Panckhurst, R. (1990) *Description linguistique et implémentation en FX des structures interrogatives (directes) du français*. Nouveau Doctorat d'Université, Université Clermont II.
- Pharo, P., (1990) "Les Conditions de Légitimité des Actions Publiques". *Revue française de sociologie*, 31:389-420.
- Pomerantz, A. (1985) "Agreeing and Disagreeing with Assessments". In Atkinson, J. M. et Heritage, J. (orgs.), *Structures of social action, studies in conversation analysis*. Paris, Maison des Scienses de l'Homme et Cambridge: Cambridge University Press, pp. 57-101.
- Rey-Debove, J. (1983) "Le Métalangage dans le Langage Parlé". *Recherches sur le français parlé*, 5: 211-226.
- Sacks, H., Schegloff, E. et Jefferson, G. (1974). "A Simplest Systematics from the Organization of Turn Talking for Conversation". *Language*, 50:696-735.
- Schegloff, E. A. (1984) "On Some Questions and Ambiguities in Conversation". In: Atkinson, J. M. et Heritage, J.(orgs.) *Structures of social action, studies in conversation analysis*. Paris, Maison des Scienses de l'Homme et Cambridge, Cambridge University Press, pp. 28-52.
- Schegloff, E. et Sacks, H. (1973) "Opening up Closings". *Semiotic*, 7:289-327.
- Sperber, D. et Wilson, D. (1986) *Relevance*. Oxford, Basil Blackwell; traduction française: *La pertinence*. Paris, Editions de Minuit, 1989.